

Fome

“A GENTE QUER COMIDA, DIVERSÃO E ARTE”

Da Redação

Em 2009, o número de famintos no mundo ultrapassou a patamar de 1 bilhão de seres humanos, segundo Jaques Diouf, então secretário-geral da FAO (sigla em inglês da Organização para a Agricultura e a Alimentação das Nações Unidas). Segundo dados divulgados pela organização não governamental Ação Agrária Alemã, a fome atinge 642 milhões de pessoas na Ásia, 265 milhões no sul da África e 53 milhões na América Latina. Mas os dados estão subestimados, segundo Diouf, por terem sido colhidos em 2007, antes da crise alimentar verificada no ano seguinte. Além disso, a cifra seria muito mais elevada se fosse levada em conta a subnutrição e suas consequências para a saúde. “O século 21 ameaça ser o século da fome”, adverte Bärbel Dieckmann, presidente da ONG alemã.

Não forma de opressão mais terrível, mais degradante do que a fome. À primeira vista, pode parecer estranho qualificar a fome como uma forma de opressão: tendemos a acreditar que a fome é um fenômeno produzido por causas naturais, como a seca, variações climáticas, aridez do solo, crescimento populacional excessivo etc. Sim, é claro que existe um eventual componente natural na equação da fome. Mas a questão central é política.

Se todo o alimento produzido no mundo fosse dividido igualmente entre os 7 bilhões de seres humanos, cada um teria à sua disposição cerca de 2.750 calorias diárias, mais do que o suficiente para assegurar um equilíbrio dietético saudável. A fome é originada por um sistema mundial de comércio que trata a comida como uma mercadoria qualquer. Quem não tem dinheiro não come. É simples assim. Além disso, em muitas regiões do planeta as populações são propositalmente mantidas em estado de penúria por elites locais interessadas em manter o seu poder. No nordeste brasileiro, por exemplo, o problema da seca poderia ter sido resolvido – ou, no mínimo, muito atenuado – por um programa de construção de milhões de pequenas cisternas e açudes. Mas isso nunca interessou aos “coronéis” que controlam o fornecimento de água como meio de exercer o poder político.

Entre 2010 e 2011, a alta mundial dos preços dos alimentos deixou 70 milhões de pessoas na pobreza extrema, alertou o representante da FAO Hélder Muteia, durante um seminário realizado em outubro, no Brasil. As contínuas oscilações nos preços, diz Muteia, podem agravar o quadro de famintos no mundo, especialmente na África Subsaariana e no sul da Ásia. “Infelizmente, as notícias não são boas. O Chifre da África (no nordeste do continente) vive hoje a pior crise desde 1950. Mais de 12 milhões de pessoas precisam de assistência imediata”. O aumento da demanda mundial por alimentos, reforçado pelo crescimento econômico dos países em desenvolvimento, tornou a equação

Perversão do agronegócio: quanto mais se produz alimentos, maior a fome no mundo; um em cada sete seres humanos não tem o que comer, e 40 mil morrem por dia, por desnutrição



© Walbrun Siqueira



© Agência de notícias do Acre

O agronegócio, que privilegia a exportação, afasta a produção muitas vezes de locais onde há fome e escassez de alimentos

A produção mundial de cereais caiu 1,1% enquanto a demanda cresceu 1,9%

Agronegócio: a face “brilhante” da miséria

Há um óbvio abismo entre o quadro de horrores representado pela fome no mundo e a face brilhante da “revolução verde” (a mecanização intensiva da agricultura combinada com o avanço biotecnológico), mola propulsora do agronegócio. Chega a dar uma impressão algo vertiginosa de um mundo esquizofrênico: o mesmo cenário da economia agrícola é descrito de dois pontos de vista completamente antagônicos, sem que haja qualquer ponto de contato entre as narrativas.

Ao contrário do que sugerem as imagens publicitárias divulgadas pelo agronegócio, a agricultura mecanizada é praticada apenas por uma ínfima minoria de agricultores. Basta assinalar que existem apenas 28 milhões de tratores em operação na agricultura mundial, que emprega, no total, cerca de 1,3 bilhão de pessoas ativas, o que significa aproximadamente 3,5 bilhões de seres humanos, contando os familiares, isto é, praticamente a metade da população planetária. Cerca de um bilhão de camponeses e agricultores familiares trabalham unicamente com equipamentos manuais e utilizam 250 milhões de animais de tração na produção.

Além disso, cerca de 500 milhões de pequenos produtores não usam sementes comerciais, nem adubos ou agrotóxicos e uma parcela de 200 a 300 milhões dispõem apenas de uma fração de um hectare de terra, indicando o déficit de reforma agrária. Como resultado, a cada ano, cerca de 50 milhões de trabalhadores rurais são expulsos do campo e vão parar nas periferias miseráveis das grandes cidades.

A crescente concentração de riqueza das corporações do alimento, se aumenta a produtividade mediante o uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas, piora muito a situação de quem não tem acesso a essas mesmas tecnologias. Os camponeses pobres formam o vasto exército de seres humanos forçados, quando podem, a vender sua força de trabalho por valores aviltantes em grandes plantações (não raro, os “salários” situam-se no limite de 2 dólares diários, valor que serve de parâmetro de linha de pobreza para o Banco Mundial). Esse quadro geral é agravado pelo comércio dos alimentos no mercado mundial de commodities, que transformou comida em moeda especulativa.

Foi em reação a isso que surgiram grandes organizações e movimentos sociais, no Brasil e no mundo, como o MST e a Via Campesina. Elas organizam marchas, protestos, ocupação de latifúndios e lutas pela reforma agrária em todos os países onde a “questão da terra” se coloca com força. Claro que a luta pela terra é muito mais antiga, talvez tão velha quanto a história conhecida da humanidade. Mas é no mundo contemporâneo que ela ganha dimensão global e se identifica com a própria luta pela sobrevivência do planeta.

da cadeia alimentar mais complexa, sobretudo porque alguns setores vêm registrando queda na produção. “A produção mundial de cereais, por exemplo, caiu 1,1%, ao mesmo tempo em que a demanda cresceu 1,9%. Além disso, também houve baixa de 0,5% na produção de cereais secundários como milho, sorgo, cevada e aveia”, apontou. “Os estoques seguem em níveis muito

baixos”.

Uma das grandes consequências da fome foi a eclosão da Primavera Árabe. Em 17 de dezembro, 2010: Mohammed Bouazizi, 25 anos, vendedor ambulante de hortaliças, foi levado ao desespero e imolou-se em fogo, na localidade de Sidi Buzid (perto de Túnis, capital da Tunísia), ao ter as suas mercadorias apreendidas pela polícia

(cena, aliás, bastante comum em São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais brasileiras). O auto sacrifício incendiou o país: manifestações de revolta na capital, cidades e vilarejos derrubaram o ditador Zine Ben Ali (no poder desde novembro de 1987), expulso finalmente da Tunísia em 14 de janeiro. Foi o sinal para que grandiosas manifestações eclodissem sem aviso na Argélia, na Jordânia, no Iêmen, no Egito e na Líbia, envolvendo todo o Oriente Médio e o norte da África. O fato de Bouazizi ser um vendedor de hortaliças fortalece o aspecto simbólico de seu gesto: a miséria e a fome – e não o fundamentalismo islâmico ou o extremismo político – levaram milhões às ruas.

Se as dimensões da revolução árabe surpreenderam o mundo, suas causas já eram bem conhecidas. Em 2010, especialistas da ONU advertiram para a proximidade de uma nova crise alimentar mundial, e chegaram até mesmo a prever que eclodiriam no início de 2011. Tinham como base a crise alimentar mundial de 2008, que elevou o preço dos alimentos básicos a níveis completamente inaceitáveis para a maioria da população e provocou revoltas sociais, algumas com derramamento de sangue, do México à Indonésia. Como observa Michael Krätke, professor de política econômica e direito fiscal da Universidade de Lancaster:

“Em dezembro de 2010, o índice dos preços dos alimentos da FAO – calculado por uma cesta básica contendo trigo, milho, arroz, soja, açúcar, azeite e laticínios – chegou ao seu ponto mais elevado desde 1990, primeiro ano da sua elaboração. Che-

gou aos 215 pontos, acima dos 213,5 pontos de junho de 2008, quando a crise de então atingiu o seu ponto culminante. (...) A maioria dos países africanos depende hoje da importação de alimentos, enquanto os estados árabes, com o Egito à cabeça, se consolidaram já como os maiores importadores de cereais do mundo. Na Tunísia, em Argélia e no Egito as famílias têm de investir entre 40 e 50% dos seus recursos na compra de alimentos, de modo que o aumento dos preços de 20 e até 25% que se viveu a partir de novembro não pôde ser absorvido. Muito menos por uma população esmagadoramente jovem que sofre um insuportável desemprego.”

Ainda segundo a FAO, cerca de 2 bilhões de seres humanos sofrem de carência de micronutrientes, incluindo ferro, iodo, cálcio, outros minerais e vitaminas A, C e outras. A subnutrição e as carências de vitaminas e minerais essenciais supõem um custo de mais de 5 milhões de vidas de crianças por ano (14 mil por dia) e, para os lares dos países em desenvolvimento, mais de 220 milhões de anos de vida produtiva dos familiares que morrem prematuramente ou tornam-se incapacitados.

A cada ano, mais de 20 milhões de bebês nascem com baixo peso no mundo em desenvolvimento. Eles correm um risco maior de morrer durante seus primeiros anos de vida, de sofrer um atraso em seu crescimento físico e cognitivo, de ter capacidades reduzidas para trabalhar e obter salário na etapa adulta e, se são mulheres, de dar a luz, elas também, a recém-nascidos com peso abaixo do normal. O atraso do crescimento, como o baixo peso ao nascer, é associado a uma maior incidência de doenças e mortes, assim como ao menor rendimento escolar durante a



© Os Comedores de Batatas, 1885. Vincent van Gogh, Amsterdã, Rijksmuseum

“Ajuda” maldita: o exemplo da Somália

A desigualdade mundial foi agravada a partir de 1954, quando a FAO decidiu criar um programa internacional de ajuda alimentar, destinado a amenizar os sofrimentos das populações pobres, principalmente na África e na Ásia. Os Estados Unidos, seguidos dos outros países desenvolvidos, transformaram a ideia de ajuda em contratos comerciais que, claro, deveriam assegurar benefícios para as corporações exportadoras de alimentos. A concepção básica sobre a qual tais contratos se apoiavam é a de que a indústria de alimentos é apenas mais um negócio.

A Somália oferece um exemplo tão nítido quanto trágico desse processo. Até os anos 70, o país, nos limites de sua precariedade, era autossuficiente na produção de alimentos. Sua economia era baseada em relações de troca entre criadores de gado (pastores nômades que representavam 50% da população) e pequenos agricultores. Até 1983, o rebanho contribuía com 80% das receitas da exportação. As comunidades adaptavam-se, ainda que pobremente, ao regime das secas. A intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, no começo dos anos 80, contribuiu para exacerbar a crise da agricultura no país, afirma o economista canadense Michel Chossudovski.

“O PAE [Programa de Ajuste Estrutural imposto pelo FMI] reforçou a dependência da Somália referente aos grãos importados. Dos meados dos anos 70 ao dos anos 80 a ajuda alimentar aumentou quinze vezes, à taxa de 31% ao ano. Associado ao aumento das importações comerciais, esse influxo de excedentes de trigo e arroz baratos vendidos no mercado doméstico acarretou a exclusão dos produtores locais, bem como uma grande mudança nos padrões de consumo de alimentos, em detrimento das safras tradicionais (milho e sorgo). A desvalorização do *shilling* somali, imposta pelo FMI em junho de 1981, foi repetida periodicamente, causando aumento nos preços do combustível, dos fertilizantes e dos insumos agrícolas. O impacto sobre os agricultores foi imediato, particularmente nas plantações regadas pela chuva, mas também nas áreas cultivadas com sistemas de irrigação. O poder aquisitivo urbano caiu fortemente, os programas de expansão do governo foram cortados, a infra-estrutura entrou em colapso, a desregulamentação do mercado de grãos e o influxo da “ajuda alimentar” originaram o empobrecimento das áreas rurais.” Durante esse período, muitas das melhores terras cultiváveis foram apropriadas por burocratas, oficiais do Exército e negociantes ligados ao governo.

Processos semelhantes aconteceram em vários países africanos. A “ajuda” baseada nas leis de mercado acabou estimulando a prática desenfreada de corrupção, pois os detentores do direito de distribuir a comida nos países pobres – em geral, ditaduras e governos despóticos – acumularam, obviamente, um extraordinário poder político em suas mãos. Criou-se, assim, uma rede intrincada de interesses entre as grandes corporações, governos locais corruptos e os estrategistas dos governos capitalistas avançados.

A “ajuda alimentar permanente” fornecida pelos países desenvolvidos cresceu no ritmo da globalização do mercado de alimentos. Nos anos 80, as milhares de toneladas de cereais e carne enviadas da Comunidade Européia (atual União Européia) e Estados Unidos para a África subsaariana, por exemplo, representaram uma arma das corporações na disputa pelo controle dos mercados. A ajuda, convenientemente, implicou a redução dos estoques de excedentes empilhados nos armazéns dos países ricos, mas desorganizou a produção agrícola africana.